

CURSO DE DIREITO CIVIL: FAMÍLIAS – CRISTIANO CHAVES DE FARIAS

Sumário

Palavras Prévias – 4ª edição

(à guisa de apresentação)	25
Prefácio	31
Apresentação	33

Capítulo I

INTRODUÇÃO E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DAS FAMÍLIAS	37
1. As Famílias	38
1.1. Modelando a importância e a feição das famílias	38
1.2. A evolução da compreensão jurídica e social da família e os seus referenciais contemporâneos	39
1.3. A fotografia contemporânea da família enquanto instituição jurídica e social (a família da pós-modernidade)	41
1.4. Noções conceituais contemporâneas: a família como instrumento de proteção avançada da pessoa humana (visão civil-constitucional da Família)	45
2. O Direito das Famílias	49
2.1. Noções conceituais	49
2.2. Estrutura do Direito das Famílias	50
2.3. Objeto de estudo do Direito das Famílias	51
2.4. A natureza jurídica e as características das normas do Direito das Famílias e os amplos poderes conferidos ao juiz	52
2.5. A excepcional admissibilidade da prova ilícita nas relações do Direito das Famílias à luz da ponderação de valores constitucionais	55
2.6. A privacidade familiar	63
2.7. A interdisciplinaridade (multiprofissionalidade) essencial ao Direito das Famílias	66
2.8. A mediação familiar	68
3. Importância e conteúdo atual do direito das famílias: o afeto como elemento estrutural da família contemporânea	69
4. Fontes do Direito das Famílias	74
5. Garantias constitucionais do direito das famílias (princípios constitucionais norteadores do direito das famílias)	76
5.1. A principiologia constitucional	76
5.2. Transcendência e relevância dos princípios constitucionais	77
5.3. A vinculação do tecido normativo do Direito das Famílias aos princípios constitucionais ...	80
5.4. As famílias na Constituição da República de 1988 e a cláusula geral de inclusão (a família eudemonista)	83
5.5. A não taxatividade do rol constitucional	85
5.6. Princípios constitucionais específicos do Direito das Famílias	88
5.6.1. Princípio da pluralidade das entidades familiares	88
5.6.2. Princípio da igualdade (isonomia) entre o homem e a mulher	118
5.6.3. Princípio da igualdade substancial entre os filhos	133
5.6.4. Princípio do planejamento familiar e da responsabilidade parental (o tratamento jurídico da Síndrome de Alienação Parental – SAP)	134
5.6.5. Princípio da facilitação da dissolução do casamento	138
6. A aplicação da boa-fé objetiva e do princípio da confiança nas relações familiares (o abuso do direito, o <i>Venire Contra Factum Proprium</i> e a <i>supsessio/surrectio</i> nas Relações Familiares) ...	140
6.1. A confiança como valor jurídico das relações privadas	140
6.2. A confiança nas relações patrimoniais de família: a boa-fé objetiva	143

6.3. Aplicação do <i>venire contra factum proprium</i> e da <i>supressio e surrectio</i> no âmbito das relações familiares.....	146
6.4. A confiança nas relações familiares pessoais: o afeto como valor jurídico tutelável	153
7. A Função Social da Família	154
8. Direito das Famílias mínimo (intervenção mínima do Estado nas relações familiares).....	156
9. Responsabilidade Civil no Direito das Famílias	161
10. A Perda de uma Chance nas Relações de Família	166
Referências.....	173

Capítulo II

O CASAMENTO (A FAMÍLIA MATRIMONIALIZADA).....	181
1. Uma visão constitucional do casamento.....	181
2. Estrutura jurídica do casamento	184
2.1. Noções conceituais.....	184
2.2. Finalidades do casamento.....	188
2.3. Natureza jurídica do casamento	190
2.4. Características do casamento	192
2.5. Prova do casamento.....	194
2.6. Os sponsais (a promessa de casamento e os seus efeitos jurídicos)	197
2.7. Agências de casamento (corretagem matrimonial).....	202
2.8. Modalidades de casamento e o modelo civil de casamento adotado pelo sistema brasileiro.....	203
2.9. Impedimentos matrimoniais	207
2.9.1. Noções conceituais.....	207
2.9.2. Oposição dos impedimentos matrimoniais	209
2.9.3. Classificação dos impedimentos	212
2.9.4. Impedimentos resultantes do parentesco	213
2.9.5. Impedimento resultante de casamento anterior (proibição da bigamia)	219
2.9.6. Impedimento resultante da prática de crime	220
2.10. Causas suspensivas matrimoniais	221
2.10.1. Noções conceituais.....	221
2.10.2. Oposição das causas suspensivas.....	223
2.10.3. Causas suspensivas fundadas na confusão patrimonial	224
2.10.4. Causas suspensivas fundadas em confusão de sangue (<i>turbatio sanguinis</i>)	225
2.10.5. Causa suspensiva fundada em tutela ou curatela.....	226
2.10.6. Possibilidade de afastamento de causas suspensivas.....	227
2.11. A habilitação para o casamento	228
2.11.1. Lineamentos gerais sobre a habilitação para o casamento	228
2.11.2. A capacidade para o casamento e a possibilidade de suprimento judicial de idade e de consentimento	229
2.11.3. O procedimento de habilitação e as suas fases	234
2.12. Casamento de militares.....	240
2.13. Casamento dos servidores do Serviço Exterior Brasileiro.....	242
2.14. Contrato de emprego entre cônjuges.....	242
3. Existência, validade e eficácia do casamento	243
3.1. Os planos do mundo jurídico aplicáveis ao casamento	243
3.2. A existência do casamento.....	245
3.3. A validade do casamento	249
3.3.1. Generalidades	249
3.3.2. O casamento nulo (invalidade absoluta).....	251
3.3.3. O casamento anulável (invalidade relativa).....	255
3.3.4. Anulabilidade por erro essencial sobre a pessoa do cônjuge	264

3.3.5. Quadro comparativo das características do casamento nulo e do anulável	267
3.3.6. O casamento putativo	267
4. Celebração do casamento	270
4.1. Noções gerais	270
4.2. Formalidades da celebração	272
4.3. O momento da celebração.....	272
4.4. O casamento consular	275
4.5. O casamento religioso com efeitos civis posteriores.....	276
4.6. Conversão da união estável em casamento.....	278
4.7. Formas excepcionais de casamento: o casamento em iminente risco de vida e o casamento nuncupativo	281
5. Efeitos jurídicos decorrentes do casamento.....	285
5.1. Generalidades	285
5.2. Efeitos sociais	286
5.3. Efeitos pessoais	289
5.3.1. Noções gerais	289
5.3.2. A possibilidade de acréscimo do sobrenome do cônjuge.....	291
5.3.3. Fixação do domicílio conjugal	295
5.3.4. Os direitos e deveres recíprocos.....	296
5.4. Efeitos patrimoniais	303
5.5. As relações jurídicas entre os cônjuges-empresários	305
Referências.....	308

Capítulo III

O REGIME DE BENS DO CASAMENTO	313
1. O Regime de Bens em Perspectiva Civil-Constitucional.....	313
1.1. Os efeitos econômicos dentre as múltiplas consequências decorrentes do casamento ...	313
1.2. Os efeitos econômicos do casamento e a possibilidade de controle através do regime de bens: o estatuto patrimonial do casamento.....	315
1.3. A teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana aplicada nas relações econômicas matrimoniais: o regime de bens à luz da normatividade constitucional.....	317
1.4. A incidência da isonomia constitucional entre o homem e a mulher no regime de bens..	321
2. Lineamentos sobre o regime de bens.....	322
2.1. Noções conceituais sobre o regime de bens.....	322
2.2. Princípios norteadores do regime de bens	324
2.2.1. Generalidades	324
2.2.2. A liberdade de escolha do regime de bens	324
2.2.3. Variedade do regime de bens	336
2.2.4. Mutabilidade motivada e por deliberação judicial	338
2.3. Eficácia do regime de bens no casamento	346
2.4. Regime de bens na união estável	348
2.5. A possibilidade de utilização da teoria da desconsideração da personalidade jurídica nas questões atinentes ao regime de bens	349
3. A Administração de Bens e a Prática dos Atos de Disposição.....	351
3.1. A prática de atos jurídicos pelas pessoas casadas	351
3.2. Atos que independem do consentimento do consorte	352
3.3. A proteção dos terceiros de boa-fé.....	355
3.4. Atos que dependem do consentimento do cônjuge.....	356
3.4.1. A exigência de consentimento para determinados atos.....	356
3.4.2. Inaplicabilidade da exigência de outorga da outra parte à união estável	359
3.4.3. Inaplicabilidade às pessoas casadas em regime de separação absoluta de bens.....	361
3.4.4. Possibilidade de suprimimento judicial do consentimento	361

3.4.5. A anulabilidade do ato praticado sem autorização do cônjuge e a impossibilidade de abuso do direito (a incidência do venire contra factum proprium – proibição de comportamento contraditório)	363
3.4.6. Impossibilidade de gestão patrimonial por um dos consortes	366
4. O pacto antenupcial	367
4.1. Noções conceituais, natureza jurídica e conteúdo	367
4.2. Formalidades essenciais e o registro em cartório de imóveis	372
4.3. Pacto antenupcial celebrado por nubentes menores de idade	374
4.4. Permissivo de dispensa de outorga do cônjuge no regime de participação final nos aquestos	375
5. Os diferentes regimes de bens	376
5.1. Generalidades	376
5.2. O regime de comunhão parcial de bens	377
5.3. O regime de comunhão universal de bens	381
5.4. O regime de separação convencional ou absoluta de bens	386
5.5. O regime de participação final nos aquestos	392
Referências	396

Capítulo IV

A DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO (O DIVÓRCIO)	401
1. Uma compreensão constitucional da dissolução do casamento: o direito de não permanecer casado	401
2. A dissolução do casamento	406
2.1. Escorço histórico evolutivo da dissolução do casamento	406
2.2. Os antecedentes da Emenda Constitucional 66/10	408
2.3. O sistema unificado de dissolução do casamento (a superação do antigo sistema dual) ..	410
2.4. Um réquiem para a separação (a extirpação da separação do sistema jurídico brasileiro) ..	412
2.5. A abolição da separação do sistema jurídico brasileiro e as questões intertemporais	415
2.6. A manutenção da separação de corpos como medida jurídica possível e a possibilidade de mandado de distanciamento	417
2.7. A importância da separação de fato como um instrumento idôneo para cessar efeitos jurídicos do casamento (teoria da primazia da realidade afetiva)	422
2.8. A dissolução do casamento pela morte	426
2.9. A morte presumida como causa dissolutória do casamento	428
3. O Divórcio	431
3.1. O divórcio em perspectiva histórica e em leitura civil-constitucional	431
3.2. Noções conceituais	434
3.3. Requisito constitucional único para o divórcio	436
3.4. Objeto cognitivo da ação de divórcio e a possibilidade de resolução parcial do mérito da causa (§ 6º do art. 273 do Código de Processo Civil)	437
3.5. Superação do regime diferenciado do divórcio	441
3.6. O divórcio litigioso e o divórcio consensual	441
3.7. O divórcio consensual	442
3.7.1. Generalidades	442
3.7.2. O divórcio consensual em juízo	443
3.7.3. O divórcio consensual por escritura pública (o divórcio administrativo)	461
3.8. O divórcio litigioso	454
4. Características (materiais e processuais) do divórcio	457
5. Situações patrimoniais controvertidas no divórcio	482
5.1. A possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica no divórcio	482
5.2. Outras controvérsias patrimoniais relevantes	484
Referências	487

Capítulo V

A UNIÃO ESTÁVEL (A FAMÍLIA CONVIVENCIAL)	493
1. Uma mirada civil-constitucional sobre a união estável	493
2. Escorço histórico: a união estável na lente da jurisprudência brasileira	500
3. A união estável, o concubinato e a sociedade de fato: distinções necessárias	507
3.1. A união livre e a sociedade de fato	507
3.2. O concubinato, o seu tratamento jurídico e as vedações do sistema legal	508
3.3. A união estável	514
4. Elementos caracterizadores da união estável	516
4.1. Noções gerais	516
4.2. <i>O intuito familiae</i> (ânimo de constituir uma família)	518
4.3. A questão da dualidade de sexos e as uniões de pessoas do mesmo sexo (as uniões homoafetivas)	519
4.4. A estabilidade	523
4.5. A continuidade	524
4.6. A publicidade	525
4.7. A ausência de impedimentos matrimoniais e não incidência das causas suspensivas	526
4.8. A união estável putativa e a possibilidade excepcional de simultaneidade de núcleos familiares	527
5. Efeitos Pessoais da União Estável	531
5.1. As relações pessoais entre os companheiros	531
5.2. Os deveres recíprocos entre os companheiros e a dispensa da coabitação	532
5.3. Direito ao uso do sobrenome do companheiro	535
5.4. Estabelecimento de vínculo de parentesco por afinidade	536
5.5. Adoção por companheiros	537
5.6. Exercício da curatela pelo companheiro na ação de interdição e na ação declaratória de ausência	539
5.7. Sub-rogação e retomada na locação de imóvel urbano	539
5.8. A questão da indenização por descumprimento dos deveres pessoais entre os companheiros (a responsabilidade civil na união estável)	540
5.9. Enquadramento como herdeiro necessário	542
5.10. Impedimento para testemunhar	543
6. Efeitos patrimoniais	543
6.1. As consequências econômicas da união estável	543
6.2. O regime de bens e o direito à meação	544
6.3. O contrato de convivência na união estável e seus efeitos	550
6.3.1. Contornos gerais do contrato de convivência	550
6.3.2. Celebração do contrato de convivência e modificabilidade	551
6.3.3. Eficácia do pacto convivencial	552
6.3.4. Conteúdo	553
6.3.5. O contrato de namoro e seus efeitos sobre a união estável	555
6.3.6. O contrato de convivência e os companheiros sócios	556
6.4. Alimentos na união estável	557
6.5. A sucessão entre os companheiros	560
6.6. O direito real de habitação	562
6.7. Direito aos benefícios previdenciários	563
6.8. Direito à inventariança	564
6.9. Efeitos tributários	564
6.10. Impenhorabilidade do bem de família	565
6.11. Responsabilidade civil na união estável	566
7. Conversão da união estável em casamento	567

8. Aspectos processuais da união estável	570
8.1. A competência para processar e julgar ações atinentes à união estável	570
8.2. (In)Existência de foro privilegiado em favor da companheira	572
8.3. Necessidade de intervenção do ministério público	573
9. Ações típicas da união estável.....	574
9.1. Generalidades	574
9.2. Reconhecimento e dissolução de união estável	575
9.3. Legitimidade dos companheiros para o requerimento de medida cautelar de separação de corpos	576
9.4. Ação de petição de herança.....	578
9.5. Ações possessórias.....	578
9.6. Alimentos	579
9.7. Embargos de terceiros	579
10. União estável e direito intertemporal.....	580
11. Efeitos penais da união estável	581
Referências.....	583

Capítulo VI

O PARENTESCO	587
1. O parentesco na perspectiva civil-constitucional	587
2. A estrutura do parentesco	592
2.1. Prolegômenos	592
2.2. Noções conceituais sobre o parentesco	593
2.3. O vínculo parental: linhas e graus	596
2.3. Efeitos jurídicos decorrentes do parentesco	599
3. As Espécies de Parentesco	601
3.1. Espécies de parentesco	601
3.2. O parentesco por afinidade.....	604
3.3. O parentesco e a obrigação alimentar	609
Referências.....	610

Capítulo VII

A FILIAÇÃO E O RECONHECIMENTO DE FILHOS	613
1. A filiação à luz do direito civil-constitucional.....	613
2. Noções elementares sobre a filiação	617
2.1. Noções conceituais sobre a filiação	617
2.2. Breve referência histórica sobre a filiação.....	621
2.3. A prova da filiação e a admissibilidade da posse do estado de filho	623
2.4. A filiação decorrente de gestação em útero alheio (“barriga de aluguel”)	627
2.5. A questão da responsabilidade civil na filiação.....	630
2.6. O parto anônimo (roda dos enjeitados) e a questão filiatória.....	633
2.7. A filiação e o planejamento familiar garantido constitucionalmente.....	638
3. Critérios determinantes da filiação	640
3.1. Generalidades	640
3.2. Critério da presunção legal (a presunção <i>pater is est</i>).....	642
3.2.1. O significado e o alcance da presunção <i>pater is est</i>	642
3.2.2. A efetiva incidência da presunção de paternidade na união estável como mecanismo de garantia da igualdade entre os filhos.....	645
3.2.3. Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação natural (mecanismo sexual)	646
3.2.4. Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação assistida	648
3.2.5. A possibilidade de negar a filiação presumida por lei (ação negatória de paternidade ou maternidade).....	660

3.3. Critério biológico (exame DNA).....	665
3.4. Critério afetivo (a filiação socioafetiva)	669
3.5. A multiparentalidade (teoria tridimensional aplicada à filiação).....	677
4. O Reconhecimento de filhos	679
4.1. Breve esboço histórico sobre o reconhecimento de um filho	679
4.2. Noções gerais sobre o reconhecimento de filhos	681
4.3. O reconhecimento voluntário de filhos	682
4.4. O procedimento (administrativo) de averiguação oficiosa.....	691
4.5. O reconhecimento forçado de filhos (a ação de investigação de parentalidade	693
4.5.1. Noções gerais	693
4.5.2. A investigação de parentalidade (e não somente de paternidade	694
4.5.3. A investigação de parentalidade e a investigação de origem genética (investigação de origem ancestral): distinções relevantes	694
4.5.4. Possibilidade de uso das ações relativas ao estado filiatório pelos filhos e pelos pais ...	698
4.5.5. Impossibilidade de limitação das hipóteses de admissibilidade (fundamentos da ação) e o cabimento da investigação de parentalidade socioafetiva.....	701
4.5.6. Natureza jurídica das ações filiatórias	704
4.5.7. Imprescritibilidade	705
4.5.8. Possibilidade de cumulação com outros pedidos	706
4.5.9. Legitimidade ativa	707
4.5.10. Legitimidade passiva	715
4.5.11. Litisconsórcio.....	717
4.5.12. Intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica (custos juris	718
4.5.13. Competência	719
4.5.14. A resposta do réu e a <i>exceptio plurium concubentium</i>	721
4.5.15. A revelia nas ações investigatórias e os seus efeitos.....	722
4.5.16. A prova nas ações investigatórias de parentalidade.....	723
4.5.17. A sentença nas ações filiatórias, a fixação de alimentos e o registro do sobrenome de família.....	739
4.5.18. Recursos e seus efeitos	742
4.5.19. A desistência nas ações investigatórias de parentalidade.....	743
4.5.20. A coisa julgada nas ações filiatórias	744
Referências.....	749

Capítulo VI

Os ALIMENTOS	755
1. Os Alimentos na Visão Civil-Constitucional.....	755
1.1. Os alimentos na perspectiva do Direito Civil-Constitucional: instrumento de afirmação da dignidade da pessoa humana.....	755
1.2. Os alimentos como expressão do princípio constitucional da solidariedade e do direito social à alimentação.....	757
2. Noções gerais sobre os alimentos.....	760
2.1. Noções conceituais e natureza jurídica	760
2.2. Características	762
2.2.1. Generalidades	762
2.2.2. Caráter personalíssimo	762
2.2.3. Irrenunciabilidade	763
2.2.4. Atualidade	766
2.2.5. Futuridade	767
2.2.6. Imprescritibilidade	768
2.2.7. (In)Transmissibilidade	768

2.2.8. A não solidariedade da obrigação alimentícia e a possibilidade de convocação dos demais coobrigados (CC, art. 1.698).....	771
2.2.9. Irrepetibilidade e o descabimento da suspensão automática do pensionamento	780
2.2.10. Incompensabilidade	782
2.2.11. Impenhorabilidade	783
2.3. Dever e obrigação alimentar: um bosquejo distintivo.....	784
2.4. Sujeito ativo e sujeito passivo dos alimentos	785
2.4.1. Noções gerais sobre os sujeitos da obrigação alimentar	785
2.4.2. Alimentos entre cônjuges	786
2.4.3. Alimentos entre companheiros e parceiros homoafetivos (os alimentos na união estável e na união homoafetiva)	797
2.4.4. Alimentos decorrentes do parentesco.....	800
2.4.5. Alimentos nas uniões homoafetivas	822
2.5. Fixação do <i>quantum</i> alimentício (o trinômio <i>necessidade de quem recebe X capacidade contributiva de quem paga X proporcionalidade</i>)	824
2.6. A indignidade do alimentando (credor) e os seus possíveis efeitos jurídicos.....	827
3. Espécies de alimentos (classificação dos alimentos)	829
3.1. Generalidades	829
3.2. Quanto à origem: legítimos, voluntários e ressarcitórios	830
3.3. Quanto à natureza: civis e naturais (para a subsistência).....	831
3.4. Quanto ao momento procedimental para a sua concessão: provisórios, provisionais e definitivos.....	833
3.5. Alimentos transitórios.....	837
4. Aspectos Processuais dos Alimentos	839
4.1. Noções gerais sobre as características procedimentais dos alimentos	839
4.2. Competência para processar e julgar a ação de alimentos	840
4.3. A legitimidade para as ações relacionadas aos alimentos, inclusive do Ministério Público	841
4.4. O procedimento na ação de alimentos	845
4.4.1. Petição inicial	845
4.4.2. Despacho liminar e os alimentos provisórios	846
4.4.3. A citação do réu e os seus efeitos	847
4.4.4. Audiência única de conciliação, instrução e julgamento	847
4.4.5. Intervenção obrigatória do Ministério Público como custos legis (fiscal da lei).....	850
4.4.6. A sentença e o cálculo do valor da pensão alimentícia	851
4.4.7. A possibilidade de fixação de alimentos com base na teoria da aparência (sinais externos de riqueza).....	855
4.4.8. Recurso cabível.....	856
4.4.9. A coisa julgada na ação de alimentos	856
4.5. A possibilidade de revisão dos alimentos e o âmbito de cabimento da ação revisional....	857
4.6. A ação de oferta de alimentos	860
4.7. A ação de exoneração de alimentos e as suas peculiaridades procedimentais	862
4.8. Os alimentos internacionais.....	866
4.9. A aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica (<i>disregard doctrine</i>) no âmbito alimentício	867
4.10. A admissibilidade (excepcional) de prova ilícita e de quebra de sigilo nas ações alimentícias	869
5. A Execução dos Alimentos	872
5.1. A efetivação dos alimentos e as idiosincrasias da sua execução: medidas disponibilizadas para a efetivação da obrigação alimentar.....	872
5.2. Meios de coerção para o cumprimento da obrigação alimentícia	875
5.3. A prisão civil como meio de coerção (meio executivo) e a sua justificativa constitucional	879

5.4. A questão da execução dos alimentos pretéritos na visão clássica jurisprudencial e doutrinária e à luz da técnica de ponderação de interesses constitucionais	880
6. A prestação de contas em alimentos	886
7. O abuso do direito e os alimentos	895
Referências	899

Capítulo IX

O BEM DE FAMÍLIA	905
1. O bem de família como consequência da teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana (direito constitucional ao mínimo existencial)	905
2. O bem de família no direito brasileiro	909
2.1. A dualidade de regimes	909
2.2. O valor família	910
2.3. Natureza jurídica do bem de família	912
3. O bem de família convencional	913
3.1. Noções conceituais	913
3.2. Extensão da proteção	914
3.3. Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família voluntário	915
3.4. Legitimação para a instituição do bem de família convencional	916
3.5. Duração	917
3.6. A questão da solvibilidade do instituidor	917
3.7. O Ministério Público e o bem de família	918
4. O bem de família legal	919
4.1. Noções conceituais e a proteção do bem de menor valor	919
4.2. Alargamento do objeto	920
4.3. Constitucionalidade do regime legal do bem de família	925
4.4. Característica do bem de família legal	925
4.5. A extensão da impenhorabilidade somente aos bens de valor médio necessários a uma vida digna. A (im)possibilidade de penhora do imóvel único de elevado valor	926
4.6. Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família legal	931
4.7. Retroatividade	937
4.8. Ampla compreensão do núcleo familiar e a necessidade de fixação de residência efetiva	938
4.9. Alegação no processo e a discussão quanto à validade do oferecimento voluntário do bem de família à penhora (validade da renúncia)	940
5. Redefinindo o bem de família legal: o bem da pessoa humana como expressão de seu patrimônio mínimo (o bem de família da pessoa sozinha)	942
Referências	945

Capítulo X

A TUTELA E A CURATELA DOS INTERDITOS (INSTITUTOS PROTETIVOS COMPLEMENTARES DA FAMÍLIA)	949
1. Institutos protetivos da família na ótica civil-constitucional	949
2. A Tutela	951
2.1. A tutela como instrumento de concretização da proteção integral constitucionalmente dedicada à criança e ao adolescente (e estendida ao jovem, pela Emenda Constitucional 65/10)	951
2.2. Noções conceituais sobre a tutela à luz dos valores constitucionais infanto-juvenis	953
2.3. Modalidades de tutela	955
2.4. Manifestação de vontade do tutelado	959
2.5. Incapacidade para a tutela	960
2.6. Escusa dos tutores	962
2.7. Garantia da tutela	964
2.8. O protutor	965

2.9. Ação de nomeação de tutor.....	966
2.10. Exercício da tutela	970
2.10.1. Generalidades	970
2.10.2. O exercício da tutela em relação à pessoa do tutelado	972
2.10.3. O exercício da tutela em relação ao patrimônio do tutelado	973
2.11. Responsabilidade judicial na tutela.....	975
2.12. Responsabilidade do tutor pelo dano causado pelo tutelado (responsabilidade pelo fato de terceiro).....	976
2.13. Prestação de contas	977
2.14. Extinção da tutela.....	980
3. A Curatela	981
3.1. A personalidade e a capacidade jurídica.....	981
3.2. Noções gerais sobre a capacidade civil	985
3.3. A capacidade de direito e a capacidade de fato	985
3.4. A teoria das incapacidades.....	987
3.5. Noções conceituais sobre a curatela	990
3.6. Espécies de curatela (pessoas sujeitas à curatela).....	993
3.7. A curatela especial do nascituro	998
3.8. A curatela especial do enfermo e do portador de deficiência física	1000
3.9. A curatela dos interditos e a ação de interdição	1001
3.9.1. As incapacidades e a proteção da dignidade humana do interditando (a interdição em visão civil-constitucional).....	1001
3.9.2. A ação de interdição (ação de curatela dos interditos).....	1005
3.9.3. A validade dos atos praticados pelo incapaz antes da decisão de interdição	1017
3.10. A prestação de contas pelo curador	1018
3.11. Crítica ao sistema de curatela do Código Civil	1018
Referências	1020

Capítulo XI

A ADOÇÃO E O SEU REGIME JURÍDICO	1025
1. Uma visão constitucional da adoção	1025
2. Generalidades sobre a adoção.....	1027
2.1. Noções conceituais.....	1027
2.2. Dualidade de sistemas jurídicos	1030
2.3. A relevância do consentimento e hipóteses de dispensa	1032
2.4. O estágio de convivência.....	1035
2.5. Legitimidade para a adoção	1036
2.6. A adoção unilateral e a adoção por duas pessoas	1038
2.7. A adoção pelo par homoafetivo.....	1041
2.8. A adoção “à brasileira”	1045
2.9. (Im)Possibilidade da adoção de nascituro e de embriões	1046
2.10. A adoção póstuma.....	1048
2.11. O parto anônimo e a sua correlação com a adoção	1049
2.12. Efeitos jurídicos da adoção	1050
2.13. A possibilidade de mudança de nome na adoção	1052
2.14. O desligamento do núcleo familiar: a irrevogabilidade e irretratabilidade da adoção ..	1053
3. Aspectos Processuais da Adoção	1054
3.1. Generalidades: o processo judicial de adoção	1054
3.2. Competência	1055
3.3. A atuação do Ministério Público	1056
3.4. O cadastro de adoção.....	1057
3.5. A sentença no procedimento de adoção	1060

3.6. O sistema recursal da ação de adoção e a possibilidade de juízo de retratação.....	1061
4. A sistemática da adoção internacional	1062
Referências.....	1063